

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do nosso prefeito Elizio da Fonseca, do município de Romelândia, acompanhado do nosso amigo Alan, e também do ex-prefeito de Calmon, o Gilmar Leidens. Sejam todos bem-vindos.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência registra e agradece a presença e o prestigiamento do prefeito de Romelândia, do diretor municipal de Compras e do ex-prefeito de Calmon, aqui anunciados pelo deputado Maurício Eskudlark.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, também requeiro a v.exa. o registro da presença do sr. Daniel José Pavesi, que é chefe operacional em Brusque do meu querido amigo Sidnei Pavesi, que é presidente do Partido Comunista do Brasil, em Brusque também. Então, a nossa saudação e alegria pela presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência registra, com muita alegria, deputada Angela Albino, a presença das ilustres pessoas na sessão de hoje.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de saudar o ex-prefeito de Calmon e em seu nome, a prefeita de Calmon. Também gostaria de agradecer a visita do referido ex-prefeito em nosso gabinete. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência também registra, com alegria, a presença das ilustres pessoas que v.exa destacou na tarde de hoje.

Passaremos às Breves Comunicações.

Estava inscrito para falar, em primeiro lugar, o deputado Ismael dos Santos, que fez uma troca de horário com o deputado Jailson Lima. Portanto, no primeiro horário falará o deputado Jailson Lima, na sequência, o deputado Ismael dos Santos e, depois, o deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, presidente. E quero, carinhosamente, agradecer ao deputado Ismael dos Santos, que sempre muito gentil e cordial acatou a mudança de horário.

O que me pauta neste momento aqui, deputado Maurício Eskudlark, é o seguinte: nesta sexta-feira saiu uma nota no jornal dizendo que eu estava na mira do Ministério Público em relação à questão das diárias, tendo em vista os embates que temos feito, as discussões e alguns pedidos de informação que foram encaminhados, alguns genéricos e outro direcionado a mim.

Quero dizer que podem me mirar à vontade, não tem o menor problema. Esta mira parece que me veio de um promotor lá de Içara, assim como já veio do oeste e de vários outros lugares.

Então, quero dizer a todos os promotores e procuradores que não estou nem um pouco preocupado sobre as miras, ou com as diárias que tenho, das quais presto contas. E podem pedir até da mãe também, não tem problema, porque este é um debate muito claro.

Logo, se estamos debatendo o Ministério Público, esta lógica de intimidação e de pedidos de informação é do tempo da ditadura militar. Tem miliquinho querendo comemorar os seus 50 anos agora, querendo achar que antes, o período que antecedeu, era melhor do que movimento de democracia que construímos com muitos embates políticos.

Afirmo e reafirmo, Ministério Público não é Poder, e se Ministério Público representa uma instituição de caráter investigativo ou de respeito público, não me venham com esta intimidação, que não vai mudar em nada o contexto dos debates, dos questionamentos sobre um prédio fantasma, sobre um terreno no valor de R\$ 10.440 milhões, que do dia para noite - e daí, deputado Maurício Eskudlark, é por isso que falo da necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que v.exa. diz que vai assinar -,

transformam um terreno de R\$ 10 milhões e pouco em trinta e oito milhões?

Felizmente, neste final de semana, o jornal *Notícia do Dia*, traz: Terreno do Ministério Público é investigado.

Quanto à CPI dos alvarás, da Prefeitura, quero cumprimentar a Comissão Parlamentar da Câmara de Vereadores pelo tempo, a coragem e a garra em apurar esta atitude sem-vergonha.

O terreno do Ministério Público é investigado na questão dos alvarás. Primeiramente, porque abordaram uma área para justificar a liberação de zoneamento que não podia. Em segundo lugar, já está claro que aumentaram em seis mil m² a área de construção.

Então, ainda existem 150 alvarás ao todo, deputado Joares Ponticelli, e a maior parte de irregularidades é da tal da Becker, a empresa que fez o milagre da multiplicação dos pães no preço do m² do terreno em Florianópolis, junto com gente do Ministério Público, porque não há nenhum parecer institucional dando o preço real de avaliação daquele imóvel, deputado Antônio Aguiar. Fizeram milagre! E o povo de Santa Catarina precisa saber.

Então, aqui quero parabenizar a Câmara de Vereadores, principalmente o jovem vereador Pedro de Assis Silvestre, do PP, um dos mais votados e o relator dessa análise.

E hoje, deputado Darci de Matos - que está de gravata vermelha, modelito que lhe caiu muito bem -, que algumas vezes defendeu aqui o MP, saiu também nos jornais que a obra da futura sede do Ministério Público foi embargada.

Deputada Angela Albino, v.exa. que veio do Judiciário, esse terreno aqui está embargado desde dezembro e não podia ter sido construído nada, e é do lado do Ministério Público. Será que eles não estão enxergando!

O dr. Antenor Chinato disse no jornal *Notícias do Dia*, deputada Luciane Carminatti, que eles após o questionamento apenas voltaram a fechar o acordo com a tal da Becker, a empresa do milagre do preço do m² em Florianópolis, quando

estava tudo regularizado no Tribunal de Justiça, e que a empresa, inclusive, diz que achava que o alvará estava liberado porque pagou a multa de R\$ 1 milhão. O promotor disse isso. E ele estava na sessão. Primeiramente, a empresa pagou R\$ 1 milhão de multa pelo crime ambiental, na correção; e depois, a empresa não pagou R\$ 1 milhão de multa, mas R\$ 500 mil dela e R\$ 500 mil do secretário anterior sem-vergonha, um tal de José Carlos Ferreira Rauen, que assinou a liberação do IpuF e também da cessão ambiental. Tudo isso em menos de 30 dias.

Essa empreiteira é boazinha, deputado Antonio Aguiar, pagou a sua multa de R\$ 500 mil e resolveu pagar, por caridade do secretário, que fez um conluio interno.

Então, primeiramente, a empresa não pagou R\$ 1 milhão para liberar o alvará da obra. Em segundo lugar, é bom lembrar ao dr. Antenor Chinato que eles fecharam o negócio em dezembro, e na primeira semana do mesmo mês eles fizeram o terreno chegar a R\$ 38 milhões, e no dia 16 eles depositaram R\$ 30 milhões, e a garantia é o próprio terreno, e quero saber o nome o nome do avaliador, porque as partes disseram que o terreno valia. E depois, dr. Antenor Chinato, o processo apenas foi encerrado agora em fevereiro de 2014, ou seja, o Ministério Público compra um terreno com obra embargada, cujo processo está aqui no Tribunal de Justiça sem ser encaminhado. Há muita coisa para ser esclarecida.

Então, quero aqui parabenizar e perguntar ao prefeito Cesar Souza Júnior, se realmente eles têm poder de embargar. Então, vamos parar essa obra até explicar, porque o que aconteceu aqui precisa muito bem explicado, pois o que tem de contradição nessas matérias de argumentações é mais um motivo que justifica a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Ministério Público não é nem uma igreja nem um santuário. E esse santo dos milagres da multiplicação do preço do m² desse terreno precisa ser explicado.

Portanto, essa é minha manifestação, e a hora que quiserem minha diária podem pegar direto no

meu gabinete. Façam o que fiz: entrem no Portal da Assembleia e busquem tudo, não vou esconder minhas ações, mas o Ministério Público mudou o seu Portal de Transparência.

No mais quero, aqui, mais uma vez, dispensar minha solidariedade ao deputado Romildo Titon, uma vez que li nos jornais que há deputados defendendo a sua renúncia. Primeiramente, peço aos colegas que digam o nome, porque ou esta Casa respeita o processo democrático ou não se justifica o nosso papel aqui.

Em segundo lugar, o cidadão sequer teve direito de defesa, e está passando pelo que está passando. Em terceiro lugar, este é um Poder do estado catarinense, coisa que o Ministério Público não é. Por isso, mais uma vez, expresso minha solidariedade ao deputado Romildo Titon.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero apenas dizer que neste exato momento está acontecendo nesta capital do estado a assembleia estadual do Magistério Catarinense, com a presença de 2.500 professores do estado inteiro. E está dando entrada no expediente desta Casa a medida provisória que trata dos valores dos vencimentos do Magistério Público Estadual. Quero aproveitar para pedir para que o governador tenha sensibilidade com relação a esse assunto, porque o essa categoria reivindica, nada mais nada menos, do que 8,5% de reajuste, que já foi anunciado inclusive, pelo governo estadual e federal, mas que seja retroativo ao mês de janeiro e pago em uma única parcela. Esse é apenas um dos vários pontos, e quero reforçar o pedido de apoio a essa categoria que tanto ajuda o estado de Santa Catarina a se desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência gostaria de registrar e

agradecer a presença do prefeito de Corupá, Loreano Rogério; do vereador Jony Tribes, presidente da Câmara Municipal, e do Wilson Gessner, secretário da Indústria e Comércio de Corupá. Sejam todos muito bem-vindos a Casa do povo catarinense.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes e público que nos assiste pela TVAL e Rádio Alesc Digital, inicialmente gostaria de parabenizar os 30 anos da Ampe - Associação dos Micro e Pequenos Empresários de Blumenau. Foi a primeira associação no Brasil de empreendedores de pequenos negócios. Nasceu em Blumenau e tornou-se modelo para vários municípios do país, hoje pulverizada na maioria dos municípios, servindo como exemplo para entidades congêneres.

A Ampe começou há 30 anos e hoje temos a Fampesc - Federação das Micro e Pequenas Empresas. Na semana passada ocorreu uma audiência com o ministro Guilherme Afif nesta Casa, com a proposta do estatuto da pequena e micro empresa. E queremos parabenizar o 30º aniversário da Ampe que acontecerá no dia 28 de março.

Temos recebido algumas indagações com relação ao Programa Reviver, e cabe a este deputado como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas tornar público a listagem das comunidades terapêuticas, o terceiro setor, que hoje estão, conforme o termo técnico, acreditadas para oferecer esse serviço em todo o território catarinense.

Então, rapidamente, permitam-me, srs. deputados, declinar aonde estão essas entidades que podem ser procuradas pela família catarinense no financiamento gratuito de até R\$ 1 mil por vaga para dependentes químicos em todo o estado de Santa Catarina.

Começo pelo oeste catarinense, pela cidade de Chapecó, onde há a Casa de Recuperação Renascer, que está credenciada para até dez vagas; o Centro de Recuperação Nossa Senhora Aparecida, em Lages,

para dez vagas; no meio-oeste temos pelo menos meia dúzia de comunidades, como a Associação dos Familiares e Amigos dos Dependentes Químicos de Alto Bela Vista, próximo a Concórdia; em Curitiba, temos a Casa de Recuperação Água da Vida, em Erval Velho a Comunidade Terapêutica Dignidade para a Vida Ltda., em Ibicaré, a Clínica Reviver, em Videira, a Comunidade Terapêutica São Francisco, todas elas tivemos a oportunidade de conhecer, de ver a sua estrutura.

Temos em Araquari, a Associação e Ministério para a Restauração da Família; em Jaraguá do Sul, a Associação Beneficente Vida Nova e a Casa de Apoio Padre Aloízio Boing; em Joinville, temos a Associação Essência de Vida, a Comunidade Terapêutica Rosa de Saron e o Serviço de Ação Social de Integração, Educação e Qualidade. Em São Francisco do Sul, a Casa de Recuperação e Reintegração Família Ágape. No planalto norte, a Associação de Recuperação e Prevenção de Canoinhas; em Mafra, a Associação Terapêutica Novo Amanhece; em Porto União, a Fundação Hermon; em Rio Negrinho, a Associação Centro Especialização em Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos; em São Bento do Sul, o Centro de Recuperação Nova Esperança.

No vale do Itajaí, em Blumenau, o Centro Terapêutico Vida e o Centro de Recuperação Nova Esperança; em Chapadão do Lageado, o Centro para Dependentes Químicos Alto Vale; em Gaspar, o Desafio Jovem Monte das Oliveiras; em Ituporanga o Centro de Recuperação Nova Esperança; o Centro Terapêutico Beth Hayoster, em Rodeio.

Temos aqui na Grande Florianópolis a Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade, em Florianópolis; o Instituto Terapêutico Desafio Jovem de Nova Trento, em Nova Trento; em Palhoça, o Instituto Passo a Passo, o Centro de Recuperação Nova Esperança, o Instituto de Valorização Humana, Moral e Social, o Instituto Vó Maria e a Organização Pró-Dignidade Humana e Defesa do Meio Ambiente; em São João Batista, a Comunidade Bethania; em São José, o Núcleo de

Recuperação e Reabilitação de Vidas; em Biguaçu, o Instituto Redenção de Biguaçu.

Na Foz do Rio Itajaí temos a Comunidade Terapêutica Sol Nascente, ainda a Comunidade Luzes da Vida e a Comunidade Terapêutica Viver Livre; no Balneário Piçarras, a Associação Terapêutica Sítio Caminho Novo; em Camboriú há o Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas, o Instituto Redenção - Comunidade Caetés e o Instituto Redenção - Comunidade Limeira; em Itajaí o Centro Assistencial e Beneficente SOS Vida Jovem, o Centro de Recuperação Conviver, o Centro de Tratamento Alternativo Pró-Vida, a Comunidade Terapêutica Maranata e a Comunidade Terapêutica Nova Vida; em Araranguá, o Centro de Habilitação Vale do Araranguá; em Balneário Rincão, o Centro de Reabilitação Vida Jovem; em Braço do Norte, o Centro de Reabilitação Vida Humana; em Pescaria Brava, a Associação de Recuperação e Integração Social Desafio Jovem Monte Ararat.

Em Criciúma, a Comunidade Terapêutica Casa de Restauração (Casa do Sonho), o Centro de Recuperação Luz do Vale e o Desafio Jovem, o primeiro do estado em Criciúma; a Associação Deus Está Aqui e o Centro de Tratamento Cetrad, de Içara; em Imbituba, o Ponto de Apoio Despertar Jovem; em Jaguaruna, o Centro de Referência em Reabilitação em Dependência de Substâncias Psicoativas - Vida, belíssimo lugar, era um hotel fazenda que se transformou numa comunidade terapêutica, talvez a melhor estrutura de Santa Catarina.

Temos também em Laguna a Associação Centro de Recuperação Social e Cultural de Laguna; a Associação Mão Amiga Terapia e Recuperação, de Laguna; em Meleiro, a Associação Beneficente Monte Sinai; em Praia Grande, a Associação Antiálcool e Dependentes Químicos de Apoio às Famílias do Extremo Sul Catarinense; em Siderópolis, e a Comunidade Terapêutica Colhedora Rosa de Salão.

Em Tubarão, a Comunidade Terapêutica Reconstruir Vidas e a Instituição Evangélica Desafio Jovem Cristo é a Solução. E ainda outras

que estão em fase de acreditação de sua documentação, em Criciúma, a Comunidade Terapêutica Casa da Restauração; em Gaspar, o Monte das Oliveiras; em Imbituba, o Ponto de Apoio Despertar Jovem; em Joinville, a Prat - Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos; em Laguna, a Associação e Centro de Recuperação Social e Cultural de Laguna; em São Francisco do Sul, a Casa de Recuperação e Reintegração Família Ágapes, lembrando que todas elas têm pelo menos um ano de funcionamento e cumprem a RCD n. 29, legislação federal que estabelece os critérios para funcionamento de uma comunidade terapêutica e esse recurso, hoje, patrocinado pelo governo do estado, pelo Programa Reviver, são para mil vagas em Santa Catarina, que vem apoiar a questão técnica, a folha de pagamento para pagar o psicólogo, a assistente social, o médico, o psiquiatra e também ajudar em 40% na manutenção dessas comunidades terapêuticas.

Portanto, desde o dia 22 de janeiro saiu do papel e se tornou realidade o financiamento público para o terceiro setor na reabilitação e na atenção a dependentes químicos, lembrando que esse programa hoje é gerenciado pela Fapesc - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do estado de Santa Catarina -, numa parceria com a Fapeu - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária -, com uma perspectiva diferenciada de outros estados do Brasil, porque estamos propondo uma inovação tecnológica com bolsas de estudos para mestrandos, doutorandos, pesquisadores que queiram dar assessoria a essas comunidades terapêuticas, dando definitivamente um atendimento de qualidade ao dependente químico no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, que propôs e realizou uma bela sessão especial celebrativa à Campanha da Fraternidade que trata que tem sido

abordado por esta Casa há algum tempo, deputado Ismael dos Santos e deputado Kennedy Nunes.

Inclusive quero aproveitar para convidar v.exas., todos os deputados que ainda se encontram nos gabinetes para que compareçam ao *hall* de entrada desta Casa, na noite de hoje, às 19h, quando o major Marcos Claudino fará o lançamento do livro *Mortos sem Sepultura*. O major Claudino, a Polícia Militar tem feito um grande trabalho em favor da causa dos desaparecidos, que são três mil catarinenses por ano, o equivalente ao desaparecimento de um dos 108 municípios com menos de cinco mil habitantes que temos no estado.

Portanto, hoje, à noite, que possam v.exas. comparecer também a esse importante evento liderado pelo autor do livro, major Marcos Claudino.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, nesta mesma direção a noite de ontem, como v.exa. fez menção, realizamos, nesta Casa, bem como todo ano, o lançamento da Campanha da Fraternidade de cada ano.

E no ano de 2014 sabiamente a igreja do Brasil propôs uma temática extremamente estratégica e importante, por vezes até conflitiva, pelos seus desdobramentos e pelo seu contexto social que abrange duas temáticas, deputado Gelson Merisio, v.exa. que presidiu esta Casa em dois momentos, que a igreja propõe: a fraternidade e o tráfego humano. Um tema de uma extraordinária importância por aquilo que simboliza os diferentes fatos que vão sendo consolidados no seio da sociedade. E que tem como lema inspirado uma das cartas que São Paulo escreve às comunidades, em Gálatas: "É para a Liberdade que Cristo nos libertou."

Na sessão especial da noite de ontem contamos com a presença do nosso Arcebispo de Florianópolis, dom Wilson Tadeu Jönck, que de uma forma brilhante, de uma maneira objetiva, tem toado claramente a importância da temática do tráfego humano, as suas relações e dimensões. E,

ao mesmo tempo, os desafios que são colocados a cada um e a cada uma de nós perante a nossa sociedade.

Fizemos também, ontem à noite, uma homenagem, deputado Maurício Eskudlark, a inúmeras entidades, organizações, segmentos sociais, que vem no dia a dia fazendo um bonito trabalho em busca dos desaparecidos, e o combate ao tráfico humano que se dá em várias dimensões e contextos de nossa sociedade catarinense.

Diga-se de passagem, nós aqui reconhecemos o trabalho de 15 entidades.

Veja bem, Santa Catarina tem 15 entidades que estão no dia a dia, na sua organização, fazendo o combate de qualquer tipo de tráfico humano que possa acontecer.

(Passa a ler.)

“Entre eles nós temos a comissão Pastoral da Terra - CNBB/SC; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; a Conferência dos Religiosos do Brasil-CRB/SC;

Polícia Civil - SOS Desaparecidos -Polícia Militar - SOS Desaparecidos -Polícia Federal/Delegacia Institucional;

Portal da Esperança;

GAFAD - Grupo de Apoio aos Familiares Desaparecidos;

Mônica Foltran (jornal Diário Catarinense);

Graziane Ubiali (jornal do Almoço - RBS TV);

Grupo RBS;

Associação Desaparecidos do Brasil

Movimento Nacional de Direitos Humanos em Santa Catarina - MMNDH/SC;

Movimento catarinense de busca da criança desaparecida;

Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina.”

Fizemos questão de realçar, neste curto espaço de tempo, que a Assembleia Legislativa através de uma iniciativa da Mesa Diretora em 2013 tem assumido todo um trabalho com relação ao tráfico humano, fazendo aquele grande questionamento, aquela grande publicidade: Onde Está Você?

De forma muito objetiva quero dizer que o Poder Legislativo tem muita responsabilidade e muito a fazer, no sentido, não apenas de acompanhar, mas através da divulgação, também de implementar ações no combate à questão que envolve o tráfico humano.

Mas gostaria, além de fazer esta menção, de dar um destaque importante, presidente, deputado Joares Ponticelli, dizer que iniciamos uma campanha de combate à violência contra a mulher, e que a TVAL juntamente com a Rádio Alesc Digital, estão fazendo momentos de publicidade, e eu faço questão de divulgar essa iniciativa exemplar e importante do Poder Legislativo, que é encaminhado através da frente parlamentar, que eu presido, dos homens desta Casa.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Então, como vimos na apresentação do vídeo, deputado Kennedy Nunes, esta é a peça publicitária que a Assembleia Legislativa está fazendo neste momento através da TVAL da Rádio Alesc Digital, e queremos que isso seja divulgado e vinculado em todos os veículos de comunicação em todo o estado de Santa Catarina, já que nos 100 municípios com maiores índices de violência contra a mulher, cinco desses municípios são no estado de Santa Catarina, deputado Maurício Eskdlark, e deputada Ana Paula Lima, as cidades são Mafra, Lages, Balneário Camboriú, Chapecó e Criciúma.

Nós não podemos admitir numa sociedade como a nossa conviver com esse tipo de relacionamento, e sendo que o maior índice de violência contra a mulher está dentro de casa, que é a violência doméstica, que causa espanto e indignação para todos nós.

Por isso, não temos apenas que mostrar, mas dar cartão vermelho a todo homem que comete qualquer iniciativa de violência contra a mulher, seja dentro da família, em repartição pública ou social. Temos que nos convencer que tanto o homem quanto a mulher estão sendo desafiados a construir uma nova sociedade marcada por valores de solidariedade, de esperança, de comunhão e de

fraternidade superando todo e qualquer tipo de violência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSOL.

(Pausa)

Na ausência do deputado Sargento Amauri Soares, o próximo horário está destinado ao PP.

(Pausa)

Na ausência de deputado do PP, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskdlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero registrar a presença do vereador Edegar Rengel, do município de Imbuia e registrar também a presença, nesta sessão, do ex-deputado Idelvino Furlanetto, nosso amigo há muito anos.

Srs. deputados, antes de iniciar minha carreira no extremo oeste catarinense tive uma passagem que marcou muito minha vida, quando fiz a faculdade de Direito em Itajaí, na época, a Fepevi, hoje Univali, onde tive a oportunidade de ser presidente do DCE, que levava o nome de Desembargador Henrique da Silva Fontes, diretório também presidido pelo colega e hoje ministro do STJ, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, que teve muitas atuações durante o período do final da ditadura, enfim, naquela época em que os jovens também participavam ativamente da vida política, principalmente na busca da liberdade.

Quero saudar os dirigentes da Univali e os alunos do curso de Comércio Exterior pela formatura realizada no sábado passado. Parabenizo o reitor Mário César dos Santos, pela brilhante condução dos trabalhos naquela instituição de ensino, que é uma das maiores do nosso país; saúdo também o coordenador do Curso de Comércio

Exterior, Manoel Antônio dos Santos; assim como a professora Luciana Merlin Bervian, que é de família do extremo oeste catarinense e hoje ocupa um cargo de coordenação na Univali e em nome de todos os formandos, saúdo José Francisco Schmidt, o Kiko, responsável pelo convite para que participássemos daquele evento.

Srs. deputados, sexta-feira houve a missa de formatura na igreja matriz de Itajaí, onde também em 19 de dezembro de 1980 tive a oportunidade de me formar em Direito. E sábado aconteceu a solenidade. Portanto, parabéns a todos os formandos e formandas, muita expectativa, muita esperança, muita vontade e muita determinação a esses jovens que estão entrando para o mercado de trabalho, formados pela Univali, uma das maiores faculdades do nosso país.

Então, eu queria parabenizar todos por aquele bonito evento, pela emoção das famílias de todo o estado de Santa Catarina que têm jovens estudando na Univali.

Também quero registrar e parabenizar a juventude do PSD, do município de Balneário Camboriu, que neste final de semana realizou um encontro estadual.

A organização coube aos jovens Henrique Barros, Jonathan Rossi, Ricardo Romano Ceron, ao Dudu, à equipe do gabinete do vereador Pedro Francez, que dão apoio ao trabalho do referido vereador.

É importante que a juventude, que as pessoas participem da atividade política do nosso país. Nós somente escutamos críticas, descrença, mas a democracia é a melhor forma de governo, e é isso que nós queremos. E para termos democracia, que é o governo do povo pelo povo, para o povo, precisamos que a juventude efetivamente participe da vida social de nosso país. Inclusive acredito que a Justiça Eleitoral e outras entidades devem mobilizar no sentido de que os jovens façam o alistamento eleitoral, sendo que o prazo, se não me engano, é até os primeiros dias do mês de maio. Então, os jovens devem procurar o cartório eleitoral para participar.

Em Balneário Camboriu, foi realizado um grande evento. O Arão Josino da Silva, que foi também um dos palestrantes, fez uma excelente exposição sobre o estado de Santa Catarina. Enfim, todos que participaram, como o secretário regional Claudir Maciel, o vereador Pedro Francez e todas as lideranças que lá estiveram presentes.

Então, queremos registrar este evento, parabenizar e reforçar a importância de que a juventude deve efetivamente fazer o seu título eleitoral, aqueles que devem fazer e podem participar. Nós precisamos que a juventude e a sociedade como um todo participem ativamente da vida democrática de nosso país.

Sr. presidente, nós aprovamos na Assembleia Legislativa um projeto de nossa autoria que proíbe o abastecimento dos combustíveis nos veículos, além do desarme automático. E eu vejo que esta é uma campanha que se alastra pelo país.

Estou com o material que foi distribuído pelo governo do estado do Paraná, junto com outras entidades, em que consta o seguinte: Não passe do limite, complete o tanque apenas até o automático. E nós tivemos a felicidade de aprovar, nesta Casa legislativa, uma lei que estabelece penalização para o abastecimento além do limite. Mas muitas vezes não há a preocupação da instalação do *cânister*, que é aquele dispositivo instalado no tanque do combustível que fica além do desarme automático.

Então, quando abastecemos um veículo além do limite, o filtro que está na boca do tanque fica umedecido pela gasolina e acaba não filtrando a gasolina, deixando de impedir que os gases saiam do tanque do veículo. Desta forma, os gases que saem do tanque do veículo acabam prejudicando o frentista, que vai recebê-los diretamente do tanque de combustíveis, o ser humano, o meio ambiente, porque esse filtro é o que impede a saída dos gases do tanque, e também o veículo que sofrerá danos no seu motor.

Então, é muito importante que aquela lei seja aplicada.

Nós sabemos que a Assembleia Legislativa, com a Escola do Legislativo e a comissão de Segurança Pública vão fazer ampla divulgação. O governador Raimundo Colombo, que sancionou a lei, deverá também regulamentá-la.

Isso será divulgado amplamente no estado para que as pessoas, já como forma de educação, ao abastecer o veículo, peçam que o abastecimento seja feito até o desarme automático, completem o tanque apenas até o automático.

A ação reduz a exposição do frentista e do consumidor ao benzeno, diminui a contaminação do ambiente, evitando desperdícios e danos ao automóvel.

Então, a nossa lei tem eco em outros estados do país neste aspecto de proteger o meio ambiente, de proteger a vida humana.

Era esse o nosso relato, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, sr. segundo-vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Senhores deputados, sras. deputadas, quero me reportar aos catarinenses sobre a bonita homenagem que ocorreu ontem a noite no Hospital Joana de Gusmão.

O diretor do hospital, dr. Capela, e todos que fazem parte do Hospital Joana de Gusmão, através da especialidade buco-maxilo-facial, que fazem cirurgias especiais. Estas cirurgias especiais são comandadas pelo excelente cirurgião-dentista, o dr. Levy Rau.

Dr. Levy, quero, da tribuna desta Assembleia Legislativa, me reportar especialmente a vossa pessoa, uma pessoa de sensibilidade. Uma pessoa que tem a humildade de reconhecer e agradecer a

sabedoria, os ensinamentos recebidos no país de Portugal. O trabalho, o aprendizado do dr. Levy em Portugal fez com que os catarinenses tivessem a ajuda do Hospital Joana de Gusmão, principalmente em cirurgia bucomaxilofacial. Quero estender aqui a nossa sensibilidade em falar de gratidão ao dr. Levy Rau, gratidão pelo trabalho que ele realiza no Hospital Joana de Gusmão.

Mas em seu nome, dr. Levy, se me permite, quero estender meus cumprimentos a todos os médicos do Hospital Joana de Gusmão, especialmente aos ortopedistas, pediatras, e assim por diante, aos médicos anestesistas, que também foram homenageados. Quero dizer que me senti muito bem ontem à noite, naquela importante reunião de homenagem. Lá estiveram presentes também o deputado federal, juntamente com o seu filho, fazendo com que essa linda homenagem, que foi prestada ao deputado Antônio Aguiar e ao deputado Jorginho Mello, se estendesse a todos os que fizeram alguma coisa pelo Hospital Joana de Gusmão.

E aqui me reporto também à dona Maria Gertrudes que através do voluntariado muito tem ajudado o Hospital Joana de Gusmão.

Quero dizer principalmente a vocês de Florianópolis que as crianças que lá foram atendidas, as pessoas que tiveram a recuperação da sua imagem, a recuperação do seu trauma, a recuperação da sua patologia, de sua doença, o agradecimento ao Hospital Joana de Gusmão pelo grande trabalho que lá realiza.

Ontem foi realizada lá a última cirurgia com base em placas de titânio. De hoje em diante, serão realizadas cirurgias que terão o material implantado, reabsorvido, incorporado na parte óssea. Isso que é tecnologia. Isso que é sabedoria na Medicina.

Fala-se muito em problemas na área da Saúde em Santa Catarina, mas há também a solução de vários problemas que vimos ontem, e o Hospital Joana de Gusmão presta, sim, um grande serviço à comunidade.

Quero parabenizar todos os integrantes do Hospital Joana de Gusmão, enfermeiras, auxiliar de enfermagem, funcionários, médicos, corpo clínico, enfim, a diretoria pelo grande trabalho que lá desenvolvem e, principalmente, ao serviço que realizam para a comunidade de Florianópolis.

Temos que agradecer ao governador Raimundo Colombo por ontem mesmo destinar material ortopédico, material de síntese, o mais moderno que existe para a cirurgia bucomaxilofacial, fazendo com que cada vez mais o grande beneficiado seja o paciente, principalmente do Joana de Gusmão quando se fala em crianças com patologias mais variadas, como aqui citei: câncer, lábio leporino, traumas e assim por diante. Esse grande serviço tem, sim, no conceito do deputado Antonio Aguiar grande referência para o atendimento médico dessas crianças.

Parabéns ao Hospital Joana de Gusmão.

Mas também quero me reportar aqui à cidade de Joinville, deputado Kennedy Nunes, especificamente ao Decreto n. 2.089, de 14 de março de 2014;

(Passa a ler.)

"Declara a existência de situação de anormalidade, caracterizada como situação de emergência, no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, localizado no Município de Joinville, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação de anormalidade no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, localizado no município de Joinville, caracterizada como situação de emergência, em face da necessidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços de atendimento médico-hospitalar à pacientes de 31(trinta e um) Municípios do Estado, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º A situação de anormalidade de que trata o art. 1º deste Decreto autoriza a

realização de obras, aquisição de equipamentos e readequação física no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

Art. 3º Fica autorizada a ação de medidas emergenciais em resposta aos autos do Processo SES 13215/2004, observado o disposto no inciso IV do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, durante o prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Florianópolis, 14 de março de 2014." [sic]

Isso mostra a capacidade da secretária Tânia Maria Eberhardt, do secretário da Casa Civil Nelson Antônio Serpa e mostra a determinação do governador João Raimundo Colombo em usar o poder dos seus decretos para o bem, como está sendo feito lá no hospital em Joinville. Está fazendo com que os problemas com licitações, empresas, que sempre aparecem na construção de uma obra, sejam deixados de lado e mostra vontade ao construir um centro cirúrgico novo, um pronto socorro novo, uma subestação elétrica, a Estação de Tratamento de Esgoto - ETE -, ao trazer mais 80 leitos, mais 20 leitos de UTI, equipamentos hospitalares e investimentos em torno de R\$ 20 milhões para que a saúde no estado continue melhorando.

Temos notado que se mostram aqui apenas os problemas na saúde. E mostrei hoje neste plenário que aconteceu, ontem, no hospital Joana de Gusmão, coisas boas na saúde. Também precisamos falar das pessoas que se sentem curadas pela medicina, das vidas que são salvas. Há muito que se fazer na saúde, mas há momentos para críticas e para reflexões. Faço essa reflexão sobre o hospital Joana de Gusmão na cidade de Florianópolis pelo grande atendimento que realizam, pelas vidas salvas e pelas modificações cirúrgicas lá feitas. Ontem isso foi mostrado pelo dr. Levy Rau.

E quero dizer que lá em Joinville também vamos ter condições de fazer melhorias no hospital que necessita de grande reforma. Foi dada a canetada do governador Raimundo Colombo. Parabéns governador por esse grande decreto que acabou de

realizar através da parte jurídica do governo do estado, através da secretaria da Saúde, que muito prontamente mostra a grande obra que se vai iniciar em Joinville. Parabêniso o município de Joinville, e esperamos que agora as coisas lá aconteçam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, apenas quero dizer que estava presente nesta Casa o ex-deputado e constituinte Ademir Bortolini; e o meu conterrâneo, Edmilson Werka.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o eminente deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, também quero me associar à saudação que o deputado Maurício Eskudlark fez ao companheiro de Canoinhas, Edenilson, que está nas galerias desta Casa. Quero cumprimentar também o vereador, Tiãozinho, do município de Itapema, do bairro Ilhota, que está nos visitando juntamente com o deputado Dado Cherem, trazendo suas reivindicações para o município. Inclusive, convidando para a inauguração de uma obra que o governo do estado está fazendo no bairro.

Gostaria de saudar, ainda, professora Gisele, diretora de Cultura do município de Itapema que também está trazendo reivindicações.

O presidente da Assembleia atendendo ao pedido da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente já autorizou a confecção de um panfleto, orientando e estimulando as pessoas que pagam o Imposto de Renda, principalmente àqueles

que pagam sobre o modelo completo. Existem pelo menos dois tipos de declaração: a simplificada, em que o cidadão paga um percentual, um desconto padrão; e outro, que é o modelo completo, em que o contribuinte soma todos os rendimentos e diminui de todas as despesas que podem ser deduzidas e, em cima disso, paga o imposto. As pessoas que pagam Imposto de Renda sobre o modelo completo, descritivo, podem contribuir para os fundos, no caso, os Fundos Específicos como o da Infância e do Adolescente. Por isso, quero agradecer ao presidente pelo apoio. Vamos divulgar na Casa, depois no Tribunal de Contas, do Ministério Público, enfim, em todos os órgãos do governo, principalmente aos agentes políticos, às pessoas que têm rendimento, para que façam a destinação na hora de fazer imposto de 3%. Ou seja, 97% para o leão e 3% para o FIA, seja municipal ou estadual. Também será veiculado através da TVAL, que tem uma abrangência estadual, para estimular a contribuição, a destinação, das pessoas que estão agora fazendo a declaração. Paralelamente a isso a comissão de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente sugeriu fazer, através da Escola do Legislativo, um panfleto ilustrado para os conselheiros tutelares de todos os municípios, que fazem um belo trabalho. Esse livreto será importante para os conselheiros e para as pessoas que estão em torno deles, porque essa atividade ainda está desprestigiada, mas está ganhando todo dia um *status* melhor por inúmeras decisões que partem do governo federal. E ainda vamos fazer uma edição ilustrada do ECA para ficar mais fácil a sua interpretação e ficar uma leitura mais agradável.

O objetivo da impressão do ECA é justamente para que os gestores do FIA que estão nas cidades, os conselheiros municipais, os presidentes de ONGs e de clubes possam elaborar projetos que usem os recursos do FIA permitidos por lei, não precisa pedir para governador, presidente, prefeito, basta fazer o projeto de acordo com o estatuto, levar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente e o mesmo dará seu parecer, aprovando ou reprovando.

Quando aprovado ganha uma carta de crédito e com isso pode captar volume de recursos necessários para a execução do projeto daqueles que pagam Imposto de Renda, que pode ser o contribuinte individual ou empresarial, as chamadas pessoas jurídicas.

Quero destacar aqui do ponto de vista prático que há uma entidade de Imbituba, o Atlético Clube Imbituba, que é um clube esportivo social, fez um projeto na área da criança e do adolescente, que se chama *Projeto Camisa Dez*, dentro e fora da escola no valor de R\$ 200 mil. E se olharmos o volume de recursos que chega àquele clube, entidades sociais, clubes esportivos é um volume relativamente alto. Como o conselho já aprovou essa entidade busca junto aos contribuintes, empresas que pagam apenas 1% do imposto devido, mas como o volume do recurso do imposto é muito grande, significa um valor considerável, e com isso podem executar o projeto.

Além disso, sr. presidente, queremos que, a exemplo do que aconteceu com o Clube Atlético de Imbituba, que a nossa Escola do Legislativo, desta Casa, envolva os conselheiros tutelares, os de direito, os gestores do FIA de todo o estado para que cada um em sua cidade elabore um projeto conforme a lei para que tenhamos milhares de projetos acontecendo no estado, tentando mudar essa realidade que envolve a criança e o adolescente, que, infelizmente, ainda carece de muitos projetos de uma política pública voltada a eles.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra, pela ordem, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar, nesta Casa, a vinda do Edmilson

Werka, secretário do Desenvolvimento do município de Canoinhas, ex-secretário da SDR, ex-prefeito, vereador, pessoa importante do nosso município e que se encontra no nosso meio. Nossa saudação e sintase à vontade nesta Casa de Leis. Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar. Esta Presidência registra com muita alegria e agradece a presença do secretário que v.exa. acaba de citar.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero cumprimentar, além dos registros feitos das lideranças aqui presentes nesta sessão, também os vereadores de Xanxerê, que estão aqui para falar depois sobre o andamento da BR-282.

Quero, em nome do vereador Adriano de Martini, cumprimentá-los pela luta da retomada das obras da travessia urbana de Xanxerê, que estamos juntos e solidários.

Ontem, ainda, estivemos com o superintendente estadual do DNIT, que está empenhado para que de fato aquela obra seja concluída. Mas vamos ouvir depois v.exas., nesta tribuna, neste dia, mas gostaria de dizer que empenhamos todo o nosso apoio, o nosso esforço para que aquela obra, de fato, seja concluída.

Mas sr. presidente, srs. deputados, hoje, dia 18 de março nesta terça-feira está sendo marcado pela dia estadual de lutas em Santa Catarina, em que diversos sindicatos e categorias de servidores estaduais estão reunidos em assembleias, em movimentações, em ato público exigindo respeito aos direitos e às suas reivindicações.

Durante os últimos anos temos acompanhado nesta Casa a política do governo estadual para o serviço público do nosso querido estado de Santa

Catarina. Somente com mobilizações é que as categorias tem conseguido dialogar com o governo, mas pouco conseguem avançar no sentido da conquista efetiva dos seus direitos.

Essa campanha salarial unificada, que está tendo este dia estadual de luta e mobilização dos servidores públicos, inclui uma série de reivindicações e solicitações as quais nós trazemos algumas delas para exemplificar essa luta dos servidores públicos:

- Isonomia das gratificações estendendo a todos os servidores a recém-criada gratificação do pró-eficiência;
- Um novo plano de carreira e vencimentos para os servidores estaduais;
- Aumento do valor do vale alimentação;
- Recomposição dos vencimentos das perdas salariais históricas;
- Cumprimento efetivo do artigo 1º da Lei n. 15.695, de 2011, garantindo reajuste anual dos vencimentos pela inflação;
- Realização de concurso público em todos os órgãos do Poder Executivo;
- Melhoria de condições de trabalho;
- Antecipação do cronograma de pagamento das gratificações de produtividade.

Enfim, estas e outras são as reivindicações que estão colocadas nesse dia de mobilização que fazem parte dos trabalhadores da Polícia Civil, da Epagri, da Cidasc, da Fatma, do Imetro, na Fundação Catarinense de Cultura e Fundação Catarinense de Educação Especial.

Essas categorias estão mobilizadas e já foram realizadas inclusive assembleias regionais com trabalhadores da Casan, da Educação.

No caso específico da Educação hoje também há uma grande assembleia promovida neste momento pelo Sinte, apoiado por outras organizações de vários serviços públicos que têm uma campanha para deflagrar o cumprimento daquilo que é o sonho da categoria do Magistério: a aplicação de plano de carreira através da descompactação da tabela.

Vamos debater esse assunto nas próximas sessões porque deu entrada nesta Casa uma medida provisória que propõe o reajustamento do piso salarial dos servidores do Magistério, que mais uma vez não trata da descompactação da tabela, que praticamente matou a carreira do Magistério Público de Santa Catarina. Isso tem causado uma revolta muito grande e será, portanto, objeto também das nossas manifestações nas nossas comissões.

Os trabalhadores da Educação querem que os 8,5% que foram propostos sejam pagos em apenas uma parcela com o pagamento retroativo ao mês de janeiro, que tenha uma proposta real e decente, de descompactação da tabela e o fim do decreto das progressões.

A categoria não aceita mais a velha forma de jogar panos quentes sobre um problema que se arrasta desde o início dessa gestão, e para isso resolveram cobrar do governo aquilo que é prioridade, ou seja, o pagamento integral do reajuste, a descompactação da tabela salarial e o fim do decreto das progressões.

Em função do acima relatado, o movimento sindical e o movimento social fazem esse dia estadual de luta, e o manifesto trará o tema já espalhado em *outdoors* e nas movimentações exigindo respeito aos servidores públicos.

A sociedade civil organizada está solidária aos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público do estado e unifica a luta por um serviço público de qualidade com respeito aos servidores.

São diversas entidades que estão solidárias, e cito: Sindasp/SC, Simpol/SC, Sintaema/SC, Sinte/SC, Sintespe/SC, CTB, CUT, Marcha Mundial da Mulher, UCE, UJS.

Nós temos diversas assembleias acontecendo. Logo mais, às 16h30, teremos na praça um ato público, todos os parlamentares desta Casa estão convidados para participarem, darem o seu apoio, a sua solidariedade para o movimento, mas muito mais que isto, a nossa tarefa nesta Assembleia Legislativa é cobrar efetivamente uma proposta do governo estadual que possa vir ao encontro dessas

reivindicações dos servidores públicos, que se possa sentar à mesa de negociação e formular uma proposta efetiva de recuperação das perdas salariais e a descompactação da tabela, no caso do Magistério.

Portanto, empenho a solidariedade da bancada do PT desta Casa para a luta dos servidores estaduais, estamos juntos e nos propomos a ajudar nesse diálogo. Conclamamos aos líderes das demais bancadas para que possamos também, juntamente com a Mesa Diretora, formar uma força, um movimento para intermediar a busca de soluções para essa reivindicação dos trabalhadores em resposta a essa grande movimentação que acontece no dia de hoje, neste dia de luta e de solidariedade dos servidores públicos estaduais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra, o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Radio Alesc Digital, pessoas que estão nas galerias assistindo esta sessão. Eu gostaria primeiramente de parabenizar o prefeito Rubens Blaszkowski, de Campo Alegre, e o secretário Ernesto Larsen, pela belíssima organização da Festa da Ovelha, que aconteceu naquele município do dia 14 até o dia 16 de março. Passaram por aquela festa em torno de 90 mil pessoas e houve um momento em que não havia mais ovelha para o povo todo, as ovelhas abatidas para a festa acabaram.

E a SC-301, que faz a ligação entre Joinville e Campo Alegre, parou devido ao grande número de veículos e de pessoas de toda a região que se deslocaram até a festa, que não tinha apenas a gastronomia como atrativo, tinha artesanatos, equipamentos agrícolas e outras atrações.

Então, a festa estava belíssima. Quero mais uma vez parabenizar a secretaria de Turismo e a prefeitura de Campo Alegre pela organização do evento.

Sr. presidente, gostaria também de registrar que na quinta-feira e sexta-feira passada, dias 13 e 14, aconteceu na Fecesc aqui em Florianópolis, o seminário de formação do projeto Afro-empREENDEDOR do Brasil. O Sebrae irá escolher em 12 estados brasileiros, 100 empreendedores negros para capacitá-los, ajudá-los no plano de seus negócios e na captação de recursos para seus empreendimentos.

Então, serão 12 estados, 100 empreendedores negros em cada estado, e serão ao todo, 1.200 empreendedores que já possuem seu negócio de maneira formal ou não, que serão capacitados pelo Sebrae durante 15 meses para que possam elaborar um plano de negócios para depois conseguirem um financiamento junto aos órgãos e instituições financeiras estatais.

O projeto aqui no estado está sob responsabilidade da Pamela Fonseca e tem como diretor executivo o Nogueira, que já foi ministro de promoção da liberdade racial, e é o responsável no Brasil pela execução desse projeto. Acreditamos que com esse projeto os empreendedores negros do Brasil nesses 12 estados terão capacidade de empreender, recebendo orientação melhor para seu negócio e uma injeção de recursos financeiros para que possam viabilizar ainda mais empregos para os brasileiros.

Gostaria de dizer também que Joinville no mês de fevereiro registrou a criação de 3.310 novas vagas de empregos. Esse número foi maior que em janeiro, com 1.104 novos postos de trabalho. Em Santa Catarina foram criados 27.891 vagas, criando mais empregos que o Paraná e o Rio Grande do Sul e, proporcionalmente, mais que em todo o Brasil. Então, segundo o presidente da Fiesc, isso demonstra confiança dos empresários na economia catarinense e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, venho a esta tribuna para falar sobre a comemoração de 117 anos de emancipação política do município de Campo Alegre.

O município conta com aproximadamente 12 mil habitantes e na verdade iniciou suas atividades em 1807 com um pequeno povoado, passando por inúmeras adversidades, pertencendo também, como distrito, ao município de São Bento do Sul, de 1888 a 1897.

Evidentemente que depois ele se emancipou e hoje é um município importante para Santa Catarina, até pela sua localização, pela geografia e também pela sua topografia que está distante da capital, aproximadamente, 230km, com uma área total de 496km.

Grande parte do município está na área rural, tem uma agricultura e uma pecuária forte, além do turismo, que é um ponto alto, destacando-se, inicialmente, pelo clima que é muito favorável e, diga-se de passagem, um dos melhores climas do Brasil, que está, além da pecuária, além da agricultura, com um foco cada vez mais fortalecido no turismo. E o turismo de eventos tem sido uma das alavancas do município contempladas por suas belezas naturais, pelos saltos que são chamados, que são as cachoeiras, que são diversas no município.

O rio Negro nasce no alto do Quiriri e está a 1.60m de altitude do nível do mar, sendo que o município está num patamar de 870m do nível do mar. Mas o alto do Quiriri, que é a nascente do rio Negro, que depois deságua no rio Iguaçu, que faz o limite com Santa Catarina e com o Paraná, tem sido também um local, um atrativo para o turismo do município de Campo Alegre.

Além desses atrativos, desses pontos turísticos, das cachoeiras, das paisagens, que são

muito lindas, tanto é que a origem do município de Campo Alegre nasceu pelos imigrantes que lá chegaram e que avistaram os campos, a visão era muito alegre, nascendo, portanto, o município de Campo Alegre.

Neste final de semana, foi realizada naquele município a Festa Estadual da Ovelha. E aproveito para justificar a iniciativa do deputado Antônio Aguiar, que foi autor do projeto de lei que foi aprovado nesta Casa por todos os deputados, que esteve lá participando também desse evento juntamente com a representação do deputado Darci de Matos. Mas essa festa se iniciou na sexta-feira com um grande número de visitantes, de turistas de todos os municípios de Santa Catarina e também do estado do Paraná.

É uma festa que atrai, principalmente, pela sua gastronomia, que é uma especialidade da organização, da prefeitura que lidera, do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores, dos secretários e, acima de tudo, das pessoas voluntárias da comunidade, da Associação de Ovinocultores, de proprietários de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviço, clubes de serviço, de entidades envolvidas, inclusive a associação do artesanato, que é produzido com a própria lã da ovelha, e de tantos outros produtos que são comercializados naquela oportunidade. Mas, como disse, é um atrativo, um evento que está desenvolvendo o turismo no município de Campo Alegre. Evidentemente que há outros nesse sentido, mas o que se destaca como atrativo principal e que tem recebido muitas pessoas, muito turistas é a Festa da Ovelha, que hoje conclui com o aniversário da cidade, 18 de março, 117 anos de emancipação política.

Certamente que essa festa deve atrair e deve motivar também outros eventos, como o Festival de Inverno e tantas outras atividades que poderão ser desenvolvidas. A economia de Campo Alegre poderá ter um avanço muito maior, como disse, pela condição que oferece, aliado ao que já existe da agricultura e da pecuária. O nosso turismo é um

turismo não poluente, ou seja, a indústria do turismo no município de Campo Alegre pode ser realizada sem qualquer impacto ambiental, sem qualquer poluição, o que certamente hoje é um dos focos do desenvolvimento, não apenas no Brasil, mas no mundo todo.

E aqueles municípios que tem esse potencial não podem deixar de utilizar essa grande riqueza, que é a beleza natural, que são os eventos, que são atrativos para mais recursos, mais dinheiro para o município, mais oportunidades de empregos e de promoção das pessoas, que é exatamente o objetivo maior de qualquer administração pública, dar a oportunidade de promover pessoas para que possam progredir e, ao mesmo tempo, autossustentabilidade para o bem de cada cidade.

Parabéns Campo Alegre pelos 117 anos de emancipação política e parabéns àquele povo ordeiro, trabalhador e progressista!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra com muita alegria, a presença em nossa galeria, na sessão da tarde de hoje, do prefeito de Guaramirim, Lauro Frolich. Também do secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano daquele município, Iran Siqueira. Também está presente o vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, Tiago Silva.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1374/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0011/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vistoria e liberação por parte do Corpo de Bombeiros dos estabelecimentos de ensino das redes estadual, municipal e particular do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI -
Presidente, eu fiz hoje uma conversa rápida com o secretário de Educação, e ele está para agendar uma audiência para a semana que vem. Então, solicito novamente que não coloque em pauta a votação desse veto para que possamos avançar nesta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Como existe uma conversa em andamento entre a autora e o governo, essa Presidência retira o veto de pauta, solicitando à assessoria que consulte tanto a autora quanto a Presidência antes da inclusão da matéria na próxima pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1382/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0578/2011, de autoria dos deputados Dirceu Dresch e Luciane Carminatti, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), de todos os produtos oriundos da agricultura familiar fornecidos para alimentação escolar nos municípios catarinenses e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, já nos pronunciamos aqui nesta Casa sobre esse processo de diálogo que está sendo feito com a secretaria da Fazenda sobre este tema da isenção do ICMS dos produtos, que vão para a alimentação escolar e para o PAA.

Saiu o decreto do Executivo deste acordo que o deputado Aldo Schneider, no ano passado, assumiu a

negociação, mas o acordo ainda não está a contento, pois existem algumas distorções.

Então, pediria, sr. presidente, como também há um processo em negociação em andamento, a retirada desse veto de pauta até a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Da mesma forma esta Presidência determina a retirada de pauta desse veto em função de um processo de composição com o Executivo em andamento.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1384/2014, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei 0042/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do servidor da secretaria do estado da Saúde, informar à Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, ocorrência que envolva a criança, adolescente ou idoso com indício de maus-tratos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o autor do projeto, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, peço vênias a todos os deputados em relação a essa mensagem de veto. O Deputado Padre Pedro Baldissera falou há pouco sobre a questão de uma frente dos homens contra a violência que está acontecendo.

Esse projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do servidor da secretaria de estado da Saúde informar à Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, ocorrência que envolva a criança, adolescente ou idoso com indício de maus-tratos foi aprovado por todos nós aqui, e o veto parcial do governo do estado retira o art. 2º do nosso projeto de lei fazendo com que o servidor, deputado Dado Cherem, que não cumprir essa legislação sofra algumas punições, já que existe o estatuto do servidor em caso de prevaricação.

Não entendo sinceramente por que a Casa Civil vê uma intromissão do Legislativo, deputado Manoel Mota, deputado Edison Andrino, porque é isso que consta aqui. Quer dizer, o servidor que prevaricar essa lei, ou seja, aquele servidor que ver uma criança, um adolescente ou um idoso com indícios de espancamento se não comunicar à delegacia, não acontece nada com ele.

Qual é a intromissão legislativa dentro do Executivo se a coisa que estou fazendo é deixando claro que o servidor que prevaricar, e isso já consta no estatuto, que o servidor que não cumprir a lei, seja punido. Eu não estou criando absolutamente nada no estatuto, estou querendo apenas que ele seja aplicado, caso não haja o cumprimento dessa lei.

Então, peço vênias aos nobres deputados, pois não consigo ver, deputado Nilson Gonçalves, uma legislação sem punição. Eu não consigo ver! Para que ter a legislação, se o servidor vai poder escolher fazer ou não, e estamos tratando aqui de violência.

Vimos há pouco no pronunciamento do deputado Padre Pedro Baldissera que metade das mulheres sofrem violência, também as crianças. Estamos tratando aqui, deputado Romildo Titon, de violência praticada em casa nos idosos, pelos filhos, noras, genros, netos, bisnetos, enfermeiros ou cuidadores de idosos que acabam fazendo com que eles sofram violência, e agora a nossa legislação diz que o servidor é obrigado a fazer, mas se ele não fizer, não acontece nada com ele?

Por que não pode o estatuto, deputado José Nei Ascari, fazer valer como se ele tivesse infringido ou prevaricando como qualquer outra lei?

Então, peço vênias aos deputados, porque não adianta fazermos essa lei se não houver essa forma de cobrar do servidor ou de o servidor ser punido no caso de não cumprir essa lei avisando a delegacia sobre esse indício de violência. Peço encarecidamente para que possamos derrubar esse veto para ter uma condição de punição do servidor que não cumprir essa lei.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, em defesa dos servidores vou contrariar o pensamento do deputado Kennedy Nunes. Até porque isso já está previsto na lei. No hospital vários enfermeiros estão no atendimento e, quando chega alguém com lesão ou maus-tratos, já é obrigatório avisar. Então, isso vai abrir mais uma brecha para punir, penalizar o servidor. Fica muito genérico. Entendo que a lei é importante, temos que trabalhar na prevenção dos maus-tratos, mas incluir mais um artigo é realmente inconstitucional, porque legislar sobre servidores é competência privativa do Executivo. Entendo que estamos abrindo mais um caminho para penalizar muitas vezes bons servidores do estado.

Vejo que o veto, deputado Kennedy Nunes, não prejudica. Se a lei já estabelece a comunicação, não precisamos penalizar o servidor com mais uma legislação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Na condição de líder do governo, quanto ao veto parcial ao projeto de lei de autoria do deputado Kennedy Nunes que cria obrigações aos servidores públicos, o veto é pela inconstitucionalidade na medida em que o art. 2º do projeto atribui penalidades previstas no estatuto do servidor, em clara invasão de competência privativa do Poder Executivo, no regime jurídico dos servidores. Então, diante dessa manifestação, obviamente na condição de líder do governo, estamos aqui na defesa da descrição da Procuradoria-Geral com relação ao projeto de lei do eminente deputado Kennedy Nunes. Então, fazemos o encaminhamento pelo voto 1, pela manutenção do veto.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero apenas dizer, com todo o respeito ao deputado Maurício Eskudlark, que ficou parecendo que sou contra o servidor. Servidor bom não precisa de punição. Não sou contra o servidor. Aliás, várias pessoas idosas que estão nos assistindo pela TVAL estão enviando mensagens no telefone dizendo que estou certo. Não estou colocando nada no estatuto, estou querendo que o estatuto, que prevê algumas punições em caso do servidor não agir corretamente, seja aplicado. O estatuto já existe, apenas quero que haja uma punição, porque, de outra forma, fica muito vulnerável a aplicação dessa lei.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, o meu voto é contrário ao veto e a favor da argumentação e da iniciativa do deputado Kennedy Nunes. Mas quero dizer que a obrigação do servidor público é informar a autoridade, nesse caso específico, à Polícia Civil. O problema que temos é estrutural. Às vezes até se deixa de fazer a comunicação porque se sabe que não há estrutura para a Polícia Civil chegar ao local, fazer o levantamento de dados e abrir o inquérito para apurar aquela violência supostamente ocorrida. Então, esse é o problema principal.

Mas, de qualquer forma, creio que seja necessário reforçar a ideia de que é obrigação do servidor comunicar a autoridade competente para que isso fique registrado, até que o estado possa responder se o processo foi encaminhado como deveria ser e se houvesse a estrutura necessária. E creio que há a boa vontade no conjunto da

Polícia Civil para fazê-lo sempre que recebe a comunicação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	abstenção
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SANDRO SILVA	não

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 15 votos "sim", 10 votos "não" e 1 abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei Complementar n. 422, de 2008, que institui o Programa de Habilitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Não havendo o quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Temos 24 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Aprovada a matéria em segundo turno.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0089/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0090/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0091/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0092/2014, de autoria do deputado Volnei Morastoni; 0093/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0094/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0095/2014, 0096/2014 e 0097/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0098/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, desculpe interromper v.exa., mas estou percebendo que alguns colegas estão se retirando do Plenário em função de outros compromissos. Apenas gostaria de perguntar a v.exa. se está mantida a pauta para a próxima quarta-feira para a votação dos vetos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A pauta anunciada na última quinta-feira está mantida e amanhã apreciaremos os demais vetos de origem governamental, inclusive o veto ao Projeto de Lei Complementar n. 0011/2013, de autoria do Tribunal de Justiça, que trata das taxas e emolumentos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Então, aproveito sua resposta e convoco todos os parlamentares para que na hora regimental estejam no Plenário para deliberarmos sobre matérias que, entendo, são importantes para Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, já falamos sobre isso na tribuna, mas hoje acontece o dia estadual de mobilização dos servidores públicos. Várias categorias estão reunidas em assembleia e às 16h30 acontecerá um ato na praça em frente a esta Casa. Alguns servidores estão aguardando esse ato e vieram aqui acompanhar a sessão.

Quero apenas pedir para que as pessoas que fazem parte dessa mobilização possam ocupar as galerias e acompanhar a presente sessão.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência solicita à assessoria do plenário que tome as devidas providências, respeitando o Regimento Interno da Casa.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0150/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0151/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0152/2014, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0153/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0154/2014, 0155/2014, 0156/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0157/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0158/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

E com a aquiescência do deputado Antônio Aguiar, determino que esse requerimento seja subscrito por todos os deputados que queiram associar-se a ele. Tenho convicção de que esse é um entendimento unânime desta Casa, pelo respeito, carinho, memória e por aquilo que representava o eminente, grande e ilustre filho de Braço do Norte, o desembargador José Volpato de Souza.

Portanto, esse requerimento, com a permissão do deputado Antônio Aguiar, passa a ser de toda esta Casa Legislativa manifestando, mais uma vez, a dor pelo passamento prematuro daquele que seria, hoje, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Volpato.

Esta Presidência defere de plano, ainda, os Requerimentos n.s: 0159/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0160/2014 e 0161/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0162/2014 e 0163/2014, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0164/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0165/2014, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Requerimento n. 0149/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas, pedindo cópia dos seguintes documentos: Processo TCE/RLA 13/00617354; Relatório Técnico n. TCE/DCE 468/2013; Processo TCE/RLA 13/00762362; Relatório Técnico TCE/DCE 551/2013; Processo TCE/RLA 13/00616544 e Relatório Técnico TCE/DCE 474/2013.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Este requerimento refere-se, sr. presidente, aos recursos do Fundeb para a Educação.

No ano passado fizemos o encaminhamento e o Tribunal de Contas do Estado mandou, diligentemente, as informações, e a nossa assessoria está estudando mais profundamente essa questão de forma que estamos enviando solicitações complementares para que seja apurado como é que está ocorrendo o processo de organização dos recursos do Fundeb aqui no estado de Santa Catarina.

Temos algumas informações que foram repassadas no ano passado. Mas para ter uma ideia mais completa, estamos solicitando mais informações.

Então, trata-se de recursos do Fundeb esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0015/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e outros srs. deputados, a ser enviada à Presidenta da República e a outras autoridades, solicitando à inclusão do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC II, antes do dia 06 de abril, as obras da BR-282, no município de Xanxerê.

Em discussão.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria que todos os parlamentares pudessem subscrever esta nossa moção, dirigida ao governo federal e a alguns Ministérios, no sentido de contemplarmos recursos para a finalização do término das obras da duplicação na cidade de Xanxerê, da BR-282, que está parada há muito tempo.

Quero fazer menção aos nossos parlamentares de Xanxerê, ao presidente da Casa, João Paulo Menegati; e ao vice-presidente, Adriano de Martini, que estão presentes nesta sessão e que depois vão manifestar-se, não apenas em apoio, mas relatando como se encontra as obras da BR-282, no trecho urbano em Xanxerê.

Gostaria de contar com a subscrição de todos os parlamentares que fazem parte desta Casa, muito obrigado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero apenas reforçar a fala do deputado Padre Pedro Baldissera. Nós também já subscrevemos este requerimento e quero reafirmar o que já foi dito anteriormente sobre a importância da conclusão daquela obra e também a inclusão no PAC - Plano de Aceleração de Crescimento -, pois determina uma rapidez maior na liberação dos recursos e de outros encaminhamentos necessários.

Portanto, encaminhamos favoravelmente e também estamos na condição de líder do PT, subscrevendo em nome de toda a bancada esta moção.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0022/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado

ao governador do estado, solicitando informações acerca do número de turmas em cada área de ensino com base no Censo Escolar de 2014, número de unidades em pleno funcionamento, número médio de alunos por classe, e número de alunos matriculados para cada professor do sistema estadual de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Parabéns, deputado Sargento Amauri Soares.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que recebeu ofício, subscrito por todos os líderes com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste, atendendo pedido da Câmara Municipal de Xanxerê, solicitar espaço de dez minutos na Tribuna desta Casa para o próximo dia 18 de março do corrente, em que fará uso da palavra o ilustríssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores, senhor João Paulo Menegati.

Essa manifestação faz-se necessária para que o Parlamento Municipal possa destacar os atrasos na conclusão das obras de duplicação da BR-282, do trecho que atravessa o município de Xanxerê."

Subscrito por todos os líderes.

Atendendo à solicitação, esta Presidência suspende a sessão por dez minutos e convida o presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, vereador João Paulo Menegati, pra fazer uso da palavra.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã às 10h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.